



1 **Ata da 74ª sessão, extraordinária, da Comissão de Pós-Graduação (CPG) da Faculdade de Direito de**
2 **Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo**, realizada aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e
3 vinte e dois, em ambiente virtual, pelo aplicativo *Google Meet*, sob a presidência do Prof. Jair Aparecido
4 Cardoso e com a presença dos membros: Prof. Sérgio Nojiri, Profa. Maria Paula Costa Bertran, Profa. Fabiana
5 Cristina Severi, Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva, e a representante discente Drielly Rigotti Yamada. Às
6 11h05, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. **I – ORDEM DO DIA. 1 – Para referendar. 1.1 Edital do**
7 **Processo Seletivo de ingresso no Programa de Pós-Graduação do Mestrado de 2022 da FDRP/USP e**
8 **cancelamento da prova de conhecimentos específicos do Processo Seletivo.** O Sr. Presidente informou que
9 esta reunião foi convocada para avaliar e referendar o despacho referente ao cancelamento da prova do
10 processo seletivo do Mestrado. No último dia 10 de abril, foi realizada a prova de conhecimentos específicos
11 do processo seletivo, na qual houve alguns problemas pontuais, mas equacionados e resolvidos, porém, no
12 dia seguinte, o Prof. Paulo, coordenador do Programa e da Comissão do Processo Seletivo, tomou
13 conhecimento que, por um lapso, as questões da prova foram disponibilizadas no sábado e não no domingo
14 às 14h, conforme definido. Este erro, apesar de administrativo e interno, tem consequências que
15 comprometem o processo, uma vez que há um desequilíbrio na lisura da prova, pois alguns candidatos a
16 acessaram antes dos demais. Diante deste fato, em resposta imediata, o Prof. Paulo convocou uma reunião
17 da Comissão do Processo Seletivo, estando presentes: a Profa. Cynthia Soares Carneiro e o Prof. Thiago
18 Marrara de Matos, membros da Comissão, os professores Guilherme e Jair, pela CPG, e os professores Nojiri
19 e Paulo, pela CCP e também como membros da Comissão. Nesta reunião, foram discutidas as questões
20 envolvendo a referida prova, sendo aprovada, por unanimidade, sua anulação, de acordo com o
21 esclarecimento do Prof. Thiago de que, segundo o Direito Administrativo, bastaria anular até o ato falho que
22 causou a anulação e não todo o certame. Como deliberação, foi encaminhado ofício à CPG sobre o indicativo
23 de cancelamento da prova. Uma vez aprovado o cancelamento, *ad referendum* da CPG, foi publicado um
24 comunicado no Diário Oficial do Estado (DOE) no dia 15 de abril e enviado e-mail aos candidatos informando
25 sobre o cancelamento e a data para realização de nova prova no dia 24 de abril. Desde então, houve outras
26 reuniões, incluindo a Seção de Informática, para alinhamento dos procedimentos e correção das falhas
27 identificadas. A prova será feita com base nos mesmos textos, alterando-se apenas as questões. No entanto,
28 com o feriado prolongado e a prova da segunda fase da OAB no dia 24 de abril, optou-se pela alteração da
29 data da nova prova para o dia 1º de maio na parte da manhã. **O Prof. Paulo** complementou que a prova foi
30 realizada nos mesmos padrões do ano passado, utilizando a plataforma *Moodle*, mas, por uma falha técnica,
31 a prova ficou disponível antes, o que só foi averiguado na segunda-feira à tarde. Com relação à dificuldade de
32 acesso à Plataforma *Google Meet* que alguns candidatos tiveram, provavelmente por utilizarem um e-mail
33 diferente do informado na inscrição e por um problema de configuração da Plataforma, que impedia que o
34 fiscal da sala tivesse acesso aos candidatos que estavam tentando entrar na sala, foi sanada com a abertura
35 de uma sala extra, em que os candidatos tiveram a garantia de realizar a prova dentro das normas
36 estabelecidas pelo edital. Entretanto, a disponibilização das provas antes do estabelecido, compromete o
37 concurso mesmo que poucas pessoas tenham acessado, optando-se assim pelo cancelamento da prova pela
38 lisura, isonomia e credibilidade do Programa. **O Sr. Presidente** compartilhou o comunicado publicado no DOE
39 e indicou, após análise dos recursos de alguns candidatos, a necessidade de aprovação da prova na nova data
40 de 1º de maio. **A Profa. Fabiana** informou que um grupo de alunos a procurou solicitando a retificação da
41 data de 24 de abril, pois seria no mesmo dia da prova da segunda fase da OAB. Concordou com a anulação da



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

prova pelos fatos expostos, mas disse que os membros da CPG deveriam ter sido avisados das providências que tiveram que ser tomadas, mesmo que não sendo através de reunião. **O Sr. Presidente** se desculpou e disse que devido à preocupação com os procedimentos e em avisar os candidatos sobre o cancelamento e a nova data para se programarem, houve uma falha de comunicação e que realmente os membros deveriam ter sido avisados por e-mail. **O Prof. Paulo** disse que a decisão de avisar os candidatos, que são os maiores interessados, com a maior brevidade possível, surgiu na reunião da Comissão do Processo Seletivo do dia 13 de abril, assim como a condução formal dos procedimentos necessários, como retificação do edital, comunicação oficial, convocação da CPG, entre outros. Explicou que a data do dia 24 foi pensada para garantir a maior brevidade possível do processo seletivo e mesmo sendo levantada a questão de a data coincidir com a segunda fase da OAB, apesar de ser sensível às necessidades dos candidatos, a Comissão optou por mantê-la, garantindo a isonomia de tratamento, uma vez que outros candidatos optaram por fazer a prova do Mestrado em detrimento ao concurso do Ministério Público. Outro ponto a ser avaliado é a questão de a prova ter sido marcada com um espaço de tempo muito curto e terem que resolver os problemas de forma muito rápida para garantir a lisura do processo. Com a alteração para o dia 1º, será necessário ajustar o calendário e, provavelmente, reduzir alguns prazos, como o de correção das provas, o que será avaliado pela Comissão do Processo Seletivo e comunicado à CPG. **A representante discente Drielly** comentou que os alunos do Mestrado ficaram sabendo do ocorrido pelos candidatos, que estavam surpresos por este erro ter ocorrido na USP e comentaram que haviam optado pelo Processo Seletivo do Mestrado da FDRP, ao invés do concurso para o Ministério Público ou do IBGE. **A Profa. Fabiana** lembrou que este modelo virtual é atípico e este tipo de ocorrência pode acontecer na USP ou fora dela. Disse que não é a primeira vez que será necessário trabalhar com um calendário mais comprimido e os docentes precisam ter sensibilidade para esta questão, pois há o calendário ideal considerando o melhor para todos, mas é necessário considerar que pode haver algum erro. Disse que a Comissão atuou rápido e tem competência para tomar as decisões sobre essas questões. **O Sr. Presidente** comentou que erros são passíveis de ocorrerem em qualquer esfera, incluindo concursos para Juiz e Promotor Público, o importante é dar retorno para os candidatos tendo como base a lisura da USP, que prefere mostrar que também erra, mas mantém a postura de seriedade. Disse que muitos candidatos não têm a dimensão do problema, mas a Comissão tomou sua decisão bem fundamentada. **O Prof. Paulo** disse que deve ser preservada a comunicação oficial para que todos os candidatos tenham as mesmas informações, independentemente de conhecerem alguém da Faculdade, não sendo possível a comunicação com toda a comunidade acadêmica. Frisou que a Comissão é sensível aos problemas dos candidatos, optando, por exemplo, pela prova virtual, reduzindo os custos e recebendo candidatos de vários lugares, mas que o mais importante é a forma de condução depois de constatado o erro e sua dimensão. **O Sr. Presidente** colocou em votação o cancelamento da prova para referendar e o reagendamento para 1º de maio com o ajuste do cronograma, sendo aprovados tais encaminhamentos por unanimidade dos membros presentes. Nada mais havendo a tratar, o Prof. Jair Aparecido Cardoso deu por encerrada a sessão às 11h28, da qual, para constar, eu, Vania Cristina Vasconcellos Prudencio, Vania C. V. Prudencio....., lavrei e digitei esta ata, que será examinada pelos membros presentes à reunião em que for discutida, aprovada e por mim assinada. Ribeirão Preto, 18 de abril de 2022.